



Revista Educação Especial

ISSN: 1808-270X

revistaeducaçaoespecial.ufsm@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria
Brasil

Gomes de Freitas, Cesar; Delou, Cristina Maria; Castro, Helena Carla
Alunos com deficiência: investigação e análise das condições de atendimento de um
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil
Revista Educação Especial, vol. 28, núm. 53, septiembre-diciembre, 2015, pp. 765-777
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313141512020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Alunos com deficiência: investigação e análise das condições de atendimento de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil

*Cesar Gomes de Freitas**
*Cristina Maria Delou***
*Helena Carla Castro****

Resumo

Instituições de ensino buscam oferecer educação de forma inclusiva a todos os estudantes. Contudo, a acessibilidade ainda não é garantida de forma plena para todos os indivíduos com necessidades especiais. Este público tem o direito à educação, mas ainda tem que ser lembrado, considerando os diferentes ambientes que permeiam suas vidas, incluindo os ambientes educacionais de nível superior. Neste trabalho, investigamos as condições institucionais oferecidas por um dos 38 Institutos Federais que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Foram comparados um Instituto Federal com a Universidade Federal Fluminense que já trabalha com a questão de acessibilidade em seus campi. Os resultados mostram que existe a meta de adequação nos quatro campi do referido Instituto Federal. Contudo, a completude do atendimento ainda se distancia da prestação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Os dados deste trabalho indicam uma necessidade de que esta Instituição promova a adequação de forma contínua para atender ao público em foco, podendo inferir que este quadro de inadequação possa estar sendo compartilhado por outros Institutos Federais.

Palavras-chave: Acessibilidade; Educação especial; Institutos Federais.

* Doutorando em Ensino em Biociências e Saúde pelo Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz e docente do Instituto Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil.

** Professora doutora da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

*** Professora doutora da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

Students with disabilities: investigation and analysis of conditions of service a Federal Institute of Education, Science and Technology in Brazil

Abstract

Educational institutions seek to offer inclusive education to all students. However, accessibility is still not fully guaranteed to all individuals with special needs. The public has the right of proper education, but it still has to be remembered, considering the different environments that permeate their lives, including the top-level educational environments. In this paper, we investigate the institutional conditions offered by one of the 38 Federal Institutions that compose the Federal Network of Professional Education, science and technology. A Federal Institute was compared with the Universidade Federal Fluminense which already works with the issue of accessibility in their campuses. The results show that there is the goal of fitness on the four campuses of the Federal Institute. However, the completeness of care still distances itself from the provision of a truly inclusive education. The data from this work indicates a need for this institution to promote continuous adequacy in order to attend its public and it also infers that, possibly, this framework of inadequacy can be shared by other Federal Institutions.

Keywords: Accessibility, Special education, Federal Institutes.

Introdução

Na educação formal ou não formal, dotar os espaços de aprendizagem de condições efetivas para a inclusão de alunos com deficiência é uma missão não apenas das instituições de ensino, mas também de toda a sociedade. De acordo com Mazzotta (2011), a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência é algo recente em nossa sociedade.

A adequação dos espaços físicos, dos recursos pedagógicos e, também da formação e capacitação de professores e gestores tem sido continuamente requisitados pela sociedade brasileira. Contudo, considerando-se que acessibilidade é mais do que a questão dos espaços físicos, outros parâmetros ainda têm que ser trabalhados como a comunicação e capacitação profissional, os recursos didáticos e tecnológicos, dentre outros, principalmente no que tange ao atendimento das pessoas com deficiência (GUERREIRO, 2012).

A sociedade evoluiu significativamente quando se avalia o tratamento dispensado às pessoas com necessidades especiais, considerando-se principalmente épocas remotas na qual era comum abandonar crianças com deficiência nas florestas ou jogá-las nos rios, sendo que, para aqueles que chegavam à vida adulta, o tratamento era também cruel (SMITH, 2008). Nesta lenta, mas gradual evolução, o atendimento, a prestação de serviços e a inclusão efetiva das pessoas com deficiência na sociedade ganhou qualidade e importância, geralmente com o auxílio de legislação específica.

Nas últimas décadas, o número de alunos com deficiência nas redes de ensino cresceu. Foi registrado um acréscimo de 102,78% entre os anos de 2007 e 2012, quando a escola pública registrava em torno de 306 mil alunos com deficiência, passando a registrar 620 mil (CHAVES, 2014). Contudo, os problemas ainda existem e a exclusão pode ser observada nos resultados da aprendizagem desse alunado. Segundo Caiado, Jesus e Baptista:

“Os atendimentos educacionais especializados aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação têm sido um dos grandes desafios para os profissionais da Educação, principalmente no que se refere à sua articulação com o ensino comum”. (CAIADO; JESUS; BAPTISTA, 2001, p. 17).

A Universidade Federal Fluminense (UFF) é uma das universidades que possui trabalhos publicados apontando as experiências e avanços em relação ao atendimento oferecido a este público específico (DELOU et al., 2011-2013; MERÇON, et al., 2013; LYRIO, et al., 2014; SOUZA, et al., 2012; CARDOSO et al., 2014). A busca dessa Universidade Federal em melhorar o atendimento aos alunos com deficiência (DELOU et al., 2012c) resultou, entre outras conquistas, como a oferta do programa de extensão Escola de Inclusão (DELOU et al., 2012a; 2012b), além da criação do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, no Instituto de Biologia, envolvendo docentes no atendimento acadêmico a discentes com deficiências nesse espaço acadêmico (DELOU et al., 2013).

Atualmente, o desafio da inclusão está presente na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. A Rede é constituída por 38 institutos, mais de 400 unidades que oferecem cursos gratuitos do nível médio até o pós-doutoramento (REDE, 2013). A grande abrangência e importância devido a sua capacidade de formar cidadãos habilitados e preparados para a vida profissional, faz com que um perfil inclusivo na forma de divulgação seja determinante para contribuir com os índices de formação de pessoas com deficiência.

No intuito de manter a sua missão, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em análise, denominado neste trabalho pelas iniciais IFECT, começou as suas atividades acadêmicas a partir de 2010, para aproximadamente 350 discentes matriculados em nove cursos dos eixos de Recursos Naturais, Ambiente, Saúde e Segurança e Gestão e Negócios, distribuídos em quatro campi.

Atualmente, o IFECT oferece cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, cursos técnicos de Nível Médio nas formas integrada ao ensino médio e subsequente, cursos técnicos de nível médio modalidade EJA com o programa PROEJA, cursos superiores de Tecnologia, além de Programas, como Mulheres Mil, CERTIFIC e PRONATEC.

Baseado na perspectiva do ensino para todos, o objetivo deste trabalho foi realizar um estudo de caso, investigando e analisando as condições de atendimento aos estudantes com deficiência oferecidas institucionalmente pelo Instituto Federal em análise (IFECT), um dos Institutos da Rede Federal. Nossa trabalho ainda compara

as condições deste Instituto com as ofertadas pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pontuando as principais diferenças existentes entre as duas instituições, no sentido de identificar pontos a serem melhorados na perspectiva no ensino técnico -profissional para o público com deficiência do IFECT e de servir de orientação para outros Institutos Federais brasileiros.

Materiais e métodos

Este trabalho utilizou a abordagem quali-quantitativa que empregou questionários (com questões fechadas, abertas e semiabertas) e entrevista com roteiro semi-estruturado como formas de avaliação.(CAREGNATO e MUTTI, 2006).

A escolha das instituições envolvidas resultou do objetivo de comparar o atendimento aos alunos com deficiência, oferecido em uma instituição com implantação recente, e consequentemente com poucos anos de existência, com o atendimento oferecido em uma instituição com vários anos de existência e com trabalho de destaque na Educação Especial e Inclusiva. O Instituto Federal escolhido localiza-se em um Estado da Região Norte do país, enquanto a Universidade Federal Fluminense localiza-se na Região Sudeste, no Estado do Rio de Janeiro.

Após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz da Fiocruz, parecer número 644.846. A pesquisa foi realizada entre Outubro de 2013 e Fevereiro de 2014 no sentido de verificar as condições oferecidas institucionalmente aos alunos com deficiência por um Instituto Federal e por uma Universidade Federal. Para isso, foram aplicados juntamente com o termo de livre consentimento esclarecido, questionários contendo 12 (doze) questões, aos quatro coordenadores dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) de cada um dos quatro campi do IFECT em quatro cidades, como também à coordenadora do núcleo de acessibilidade e inclusão da UFF.

Além dos questionários quantitativos, foram realizadas entrevistas que possibilitaram novas informações e esclarecimentos, por meio de questões que emergiram no contexto das entrevistas (PATTON, 1980 apud COHEN et al., 2001).

Após a aplicação dos questionários e realização de entrevistas, o material organizado foi interpretado com o suporte do referencial teórico-conceitual pesquisado. As respostas para as perguntas dos questionários foram categorizadas na proposta de análise de conteúdo de Bardin (2002), considerando as principais ideias e concepções apresentadas. Por se tratar de um estudo qualitativo, alguns dados tiveram tratamento quantitativo e foram apresentados por meio de gráficos em frequência simples, de acordo com a proposta de Triviños (2008). Foi feita a análise de discurso (Bardin, 2002) dos entrevistados com vistas a identificar categorias, reflexo a construção social do participante (CAREGNATO e MUTTI, 2006).

Resultados e discussão

Conforme relatado na literatura, os desafios na área de atendimento educacional dos alunos com deficiência são enormes, sendo uma luta necessária para garan-

tir a cidadania plena dos alunos com deficiência. A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) relata que as ações e movimentos pela inclusão, além de um fenômeno mundial que envolve ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, são desencadeadas em defesa do direito de todos os alunos compartilharem os mesmos espaços, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Os dados encontrados na nossa pesquisa demonstraram que o IFECT aderiu à perspectiva da educação inclusiva no ensino superior a partir da criação dos Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNES) em todos os seus campis. Trata-se de uma decisão política instituída pela SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), ambas vinculadas ao MEC (Ministério da Educação).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14).

No período em que a pesquisa foi realizada as coordenações dos NAPNEs nos campi do IFECT eram ocupadas por uma professora (Campus 2) e por três Assistentes Sociais (Campus 1, Campus 3 e Campus 4), enquanto na UFF a função era ocupada por uma jornalista cadeirante, aposentada. Todos os participantes da presente pesquisa têm pós-graduação/especialização como último nível de escolaridade, sendo três do sexo feminino e um do sexo masculino, no IFECT, e uma do sexo feminino na UFF.

No final de 2013, o IFECT atendia ao total de 30 (trinta) estudantes com vários tipos de deficiências, dos quais 18 (dezoito), eram oriundos do campus 1, 08 (oito) do campus 2 e 04 (quatro) do campus 3. O campus 4 não possuía nenhum estudante com deficiência. O IFECT possuía 23,07% dos alunos da UFF, que registrava, na época da pesquisa, 130 alunos com algum tipo de deficiência, identificadas por meio de censo institucional.

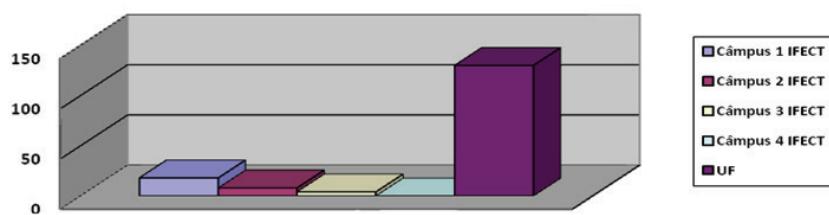


Gráfico 1: Comparação do número de alunos com deficiências no IFECT (Campus 1-4) e na UFF em 2013.

No final de 2013, o IFECT registrava o total de 2.956, enquanto o número de alunos com deficiência correspondia a 1,12%. Comparando-se essa taxa percentual à taxa de 23,91% correspondente ao número de 45,6 milhões de brasileiros que declarou possuir algum tipo de deficiência no último Censo (IBGE, 2010) e o número de pessoas registradas no mesmo Censo na Região Norte, constata-se significativa diferença. (Gráfico 2). Deve se considerar, ainda, o fato de que 5% das vagas em todos os processos seletivos do IFECT são reservadas às pessoas com deficiência, o que corresponderia a 148 alunos (5%), em 2013.

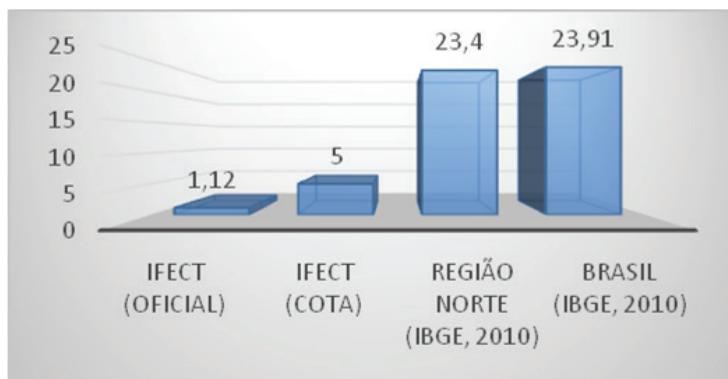


Gráfico 2: Percentual de Pessoas com Deficiência no IFECT, na Região Norte e no Brasil.

Os campi 1 e 2 do IFECT são aqueles com maior número de estudantes com deficiências, provavelmente porque possuem o maior número de alunos matriculados. O campus 4 chama a atenção, por ser o terceiro campi do IFECT em número de alunos e ainda não possuir nenhum aluno com deficiência. Enquanto isso, o campus 3, que possui o menor número de alunos, tem dois alunos com necessidades especiais. (Tabela 1).

No campus 1, as deficiências registradas são a surdez, cegueira, baixa visão, síndromes e transtornos. No campus 2, as deficiências estão ligadas à surdez, dificuldades de locomoção, deficiência intelectual de nível leve e baixa visão. No campus 3, só há dificuldade de locomoção (Tabela 1). Na UFF, o censo realizado em 2011 mostrou a presença de alunos nas seguintes categorias: surdez, cegueira, dificuldades de locomoção, síndromes e transtornos, altas habilidades/superdotação e nanismo.

Deficiências	Campus 1 IFECT	Campus 2 IFECT	Campus 3 IFECT	Campus 4 IFECT
Surdez	X	X	–	–
Cegueira	X	–	–	–
Baixa Visão	X	X	–	–
Síndromes e Transtornos	X	–	–	–
Dificuldades de Locomoção	–	X	X	–
Retardo Mental	–	X	–	–

Tabela 1: Comparação das Necessidades Específicas declaradas pelos Alunos matriculados nos Campo IFECT.

Assim como no IFECT, a UFF não possui registro de alunos que se identifiquem com altas habilidades/superdotação no momento da matrícula, contudo a universidade possui um programa chamado Altos Estudos para atender a esse tipo de público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, conforme previsto no Artigo 47, parágrafo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. (BRASIL, 2013).

Os objetivos da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, do Ministério da Educação, são ambiciosos e buscam a inclusão total dos alunos público-alvo da Educação Especial, destacando-se nesse estudo apenas aqueles que apresentam deficiência, considerando que a necessidade de mudanças mais significativas ocorre em relação a esse público-alvo da educação especial. Porém, quando analisamos o atendimento institucional oferecido em uma instituição de educação pública, verifica-se o quanto é longo o caminho a se percorrer até alcançar os objetivos almejados.

Uma das dificuldades observadas em relação ao atendimento institucional oferecido pelos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas dos campi do IFECT, diz respeito à alta rotatividade de seus coordenadores. Do início de nossa pesquisa, de outubro de 2013 até o início de 2014, houve mudanças nas coordenações em três dos quatro campi. Esta rotatividade, além de ser prejudicial ao andamento e desenvolvimento dos trabalhos, impede o aumentos da confiança dos alunos com deficiência na Instituição e nos coordenadores dos NAPNEs.

De acordo com Smith (2008), a educação especial deve prever um sistema de apoio e serviços correlatos, que envolva um *grupo de serviços diversificados*, com componentes individualmente determinados e aplicados. Ainda para Smith (2008, p. 55): “O termo grupo de serviço implica em disponibilizar diversos serviços em um mesmo local, facilitando o acesso e evitando deslocamentos desnecessários”. No IFECT, o atendimento aos alunos com deficiência acaba ficando restrito ao NAPNE, mas a falta de recursos e materiais específicos para o atendimento a este público, segundo aos próprios coordenadores, limita e compromete a qualidade dos serviços prestados.

Nas entrevistas realizadas com os coordenadores dos NAPNEs, verifica-se uma consciência da importância e relevância do papel desses órgãos para a efetiva inclusão dos alunos com deficiência. Todavia, talvez pelo fato desta consciência, detectamos nos discursos dos coordenadores certo sentimento de impotência e desânimo por não haver condições materiais e de espaço físico para realizar um trabalho mais abrangente e eficaz em busca da inclusão efetiva destes alunos. A referida impotência e desânimo podem ser uma das razões que causam a rotatividade de coordenadores referida anteriormente.

Em relação às ações acadêmicas, verificamos que os campi 1 e 2 do IFECT são os que realizam maior número de ações, em parte pela demanda de atendimento ao maior número de alunos com deficiência (Tabela 2). O campus 4, por não atender nenhum destes alunos, é o que menos ações já realizou na área, como poderia ser de esperar, reafirmando o conceito de que a demanda impulsiona modificações no sistema.

Ações	Campus 1 IFECT	Campus 2 IFECT	Campus 3 IFECT	Campus 4 IFECT	UFF
Interpretes de Língua dos Sinais	X	X	–	–	X
Ampliação de Materiais	X	–	–	–	X
Curso de Formação para Professores	–	X	–	–	–
Orientação aos Professores	–	–	–	–	–
Tutoria Acadêmica	X	X	–	–	X
Rampa de Acesso	X	–	–	–	X
Banheiros Adaptados	X	–	X	–	X

Tabela 2: Comparação das Ações Acadêmicas e Estruturais adotadas pelo IFECT (Campus 1-4) e pela UFF em relação ao atendimento aos alunos com deficiência.

Ações práticas e que não requerem desembolso financeiro, como o desenvolvimento de avaliações específicas para este público não são desenvolvidas, o que denota o quanto ainda há para avançar no atendimento aos alunos com deficiência, posto que ainda se trabalha por demandas e não por atendimento/acesso prévio da sociedade.

As ações estruturais, quando ocorrem, são as básicas e fundamentais para facilitar o acesso aos alunos com dificuldades de movimentação, como a construção de rampas e banheiros adaptados. O campus 2 não possuía nem mesmo esses itens básicos no momento de realização desta pesquisa, dispondo de dois prédios alugados, um com escadas e o segundo com escadas e elevador.

Os principais problemas relatados, em relação ao atendimento aos alunos com deficiência, foram a falta de conhecimento dos professores em relação a este público e

a falta de materiais e estrutura física para o atendimento especializado. A falta de conhecimento dos professores pode decorrer em virtude do grande número de professores que possuem apenas bacharelado, pois aqueles que passaram por licenciaturas, via de regras tiveram disciplinas sobre a temática inclusão e atendimento aos alunos com deficiência.

Em relação às ações específicas focadas nos docentes, as ações mais comuns foram a realização de oficinas e orientações específicas. Um ponto que merece destaque é a atitude do campus 2 que realizou oficinas em parceria com o NAPI (Núcleo de Apoio Pedagógico a Inclusão) da Secretaria Estadual de Educação. Desta forma, aproveitam-se os conhecimentos e experiências dos profissionais deste órgão em benefício de professores e alunos do IFECT.

Quando questionados sobre a existência de espaços pedagógicos e/ou material didático específico para uso dos alunos com deficiência, apenas o campus 1 disponibilizava materiais específicos. Nenhum dos campi oferece espaços pedagógicos específicos aos alunos com deficiência. Este é outro ponto que denota o quanto ainda é necessário avançar na área.

No tópico sobre existência de formas de acompanhamento e verificação da inclusão especialmente voltada aos alunos com deficiência, apenas os campi 1 e 2 realizam tal acompanhamento por meio de visitas individualizadas. Os campi 3 e 4, não realizam devido ao baixo número de alunos com deficiência ou sua ausência entre o corpo discente.

Terra e Gomes (2013) relatam que a inclusão escolar implica, efetivamente, em um aprimoramento constante dos professores, com a apresentação de instrumentos e referenciais que evoluam e desenvolvam as práticas pedagógicas aplicadas por eles. Tal evolução e desenvolvimento necessitam de ações acadêmicas e pedagógicas específicas, concebidas para atender as especificidades dos alunos com deficiência. Como já verificado anteriormente, no IFECT as ações acadêmicas e pedagógicas são limitadas e insuficientes para garantir um atendimento pleno e eficaz aos alunos com deficiência.

Segundo Mendes (2006, p. 397), a educação especial no Brasil não sofre apenas com a falta de acesso ao ensino. Junto estão a falta de educação apropriada pela falta de profissionais qualificados e a falta generalizada de recursos (Tabela 3). Este é o panorama que se percebeu no IFECT, quando da análise do discurso dos coordenadores dos NAPNES. As categorias encontradas foram falta de conhecimento dos servidores, falta de materiais e equipamentos pedagógicos e falta de estrutura física, comprometendo a qualidade dos serviços prestados aos alunos com deficiência. Ao contrário, na UFF, a categoria mais acentuada foi a viabilidade financeira para a execução de obras e projetos.

Problemas	Campus 1 IFECT	Campus 2 IFECT	Campus 3 IFECT	Campus 4 IFECT	UFF
Falta de conhecimento dos servidores	X	X	X	-	-
Falta de Materiais e Equipamentos pedagógicos	X	X	X	-	-
Falta de Estrutura Física	-	X	X	-	-
Viabilidade Financeira para execução de obras/projetos	-	-	-	-	X

Tabela 3: Categorias identificadas no IFFECT (campus 1-4) e na UFF em relação ao atendimento aos alunos com deficiência.

Outro ponto identificado foi a falta de uma coordenação geral das ações e atividades reaisadas pelos NAPNEs, do IFFECT. As entrevistas indicaram que o planejamento e as ações ocorrem de maneira individual, em cada campi, sem uma proposta de política institucional para todos os alunos matriculados. Não há troca de informações, o que compromete o intercâmbio de boas práticas entre os campi.

Comparando-se as ações de acessibilidade realizadas em diversas áreas no IFFECT e na UFF, constata-se a necessidade de aprimoramento das ações do IFFECT para garantir tanto a acessibilidade quanto à inclusão dos alunos com deficiência. Constatou-se que na UFF, já foram criados diversos meios para garantir diferentes tipos de acessibilidade.

Com a expansão física aprovada pelo REUNI, a UFF investiu em obras e reformas de 40 unidades localizadas em Niterói e mais três fora da Sede, como as dos municípios de Pádua, Rio das Ostras e Campos dos Goytacazes. A UFF¹ possui o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – Sensibiliza UFF², vinculado a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, PROAES³, que visa o fomento da implantação e consolidação das políticas inclusivas na UFF e diminuição de barreiras. O Sensibiliza já realizou o primeiro censo de estudantes de graduação e pós-graduação, professores e funcionários técnico-administrativos com deficiência; busca a identificação dos alunos desde a matrícula após o vestibular; apoia a PROAES na execução do Programa Bolsa de Apoio ao Estudante com Deficiência; acompanha os alunos com deficiência em seus diferentes cursos pelo contato direto com as coordenações de cursos, professores e com o próprio aluno; oferece cursos de capacitação e sensibilização para a comunidade acadêmica; divulga eventos; em 2014, o Sensibiliza criou a Ouvidoria, mais uma canal de comunicação direta com os alunos, professores e técnicos-administrativos com deficiência, com vistas a eliminação de barreiras atitudinais e comunicacionais. Vinculados ao Sensibiliza estão os intérpretes de Língua de Sinais, concursados para o quadro efetivo de técnico-administrativos da universidade. Para garantir a acessibilidade instrumental e metodológica, o Sensibiliza, com apoio da PROAES, disponibiliza computadores, laptops, cadeiras de rodas, entre outros recursos, para pessoas com

deficiência. Instalou a linha Braille em dois campi (Niterói e Campos dos Goytacazes) para alunos cegos, composta de Linha Braille, impressora Braille, tupa eletrônica e escâner. Além disso, o Sensibiliza UFF mantém parceria com departamentos diversos a fim de apoiar ações e projetos desenvolvidos em prol dos alunos matriculados em cada curso.

A diversidade humana implica a consideração das diferenças, sejam estas decorrentes de deficiência, doenças, cor da pele ou nível socioeconômico. Na perspectiva da convivência com as diversidades entre sujeitos, propõem-se a organização de uma sociedade inclusiva (Lima, 2010). Para alcançar tal inclusão, a acessibilidade necessariamente precisa fazer parte da pauta, preocupações e objetivos das Instituições de Ensino.

Outro dado que revela o quanto o IFECT ainda precisa aprimorar o atendimento aos alunos com deficiência é o fato de que, na época da elaboração desse estudo, não havia vagas reservadas para pessoas com deficiências em nenhum estacionamento dos campi.

Considerações finais

Para Lima (2010) o desenvolvimento da Educação Especial é um processo dinâmico, dialético e contínuo e destaca a importância das interações e nas trocas enriquecedoras. No IFECT, percebe-se a ausência de uma coordenação central das ações dos NAPNES, o que dificulta a caracterização de uma política pública institucional voltada para pessoas com deficiências. As ações individualizadas impedem a troca de experiências o que poderiam fortalecer a continuidade das ações e o aumento da probabilidade de sucesso dos objetivos.

Sendo as ações individualizadas e não havendo interações e trocas que certamente contribuiriam para troca de experiências que alcançaram sucesso. Com isso, o IFECT é mais uma instituição de ensino que contribui para que os alunos com deficiência, mesmo em pequena quantidade, não tenham garantidas as condições essenciais de acesso, permanência e sucesso escolar (Mendes, 2010, p. 399).

Os dados levantados mostram a necessidade de aperfeiçoamento das condições institucionais para o atendimento aos alunos com deficiência no IFECT, uma vez que o Instituto reserva 5% das vagas em seus processos seletivos a pessoas com deficiência, o que não tem sido utilizado pelos mesmos.

Verificou-se que a UFF adota ações e processos na área arquitetônica, acadêmica, estrutural, de materiais e equipamentos específicos para alunos com deficiência, além de ações específicas com os docentes e técnico-administrativos que poderiam auxiliar no planejamento de programas destinados aos alunos com deficiência de outras instituições de ensino, como uma instituição nova, que ainda se encontra em fase de implantação, um Instituto Federal (IFECT). Como tudo o que é novo, precisa sempre ser aperfeiçoado, ainda há muito o que melhorar mesmo na UFF que já possui um conjunto de ações, processos e experiências em processo. Contudo, sua experiência pode servir de parâmetro útil e relevante para indicar caminhos para,

com as devidas adaptações, aperfeiçoar o atendimento aos alunos com deficiência não só no IFECT, mas em outras unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O que fica claro é que as ações, processos e experiências executadas pela UFF promovem a acessibilidade dos alunos com deficiência. A mesma acessibilidade que deve ser continuamente buscada por todas as Instituições de Ensino que eventualmente buscam a inclusão dos alunos com deficiência.

Como sugestão para o acompanhamento das ações de implementação de políticas de inclusão que ainda vão ser iniciadas no IFECT, recomenda-se o uso de ferramentas administrativas, como o *benchmarking*, a fim de comparar os resultados apresentados entre as duas instituições de ensino superior aqui estudadas na questão da acessibilidade. Tal comparação favorecerá a análise dos níveis alcançados e a sua superação.

O presente trabalho pesquisou os respectivos coordenadores dos Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e avaliou o ambiente institucional quanto a acessibilidade aos alunos com deficiência. Novas pesquisas envolvendo os professores e os alunos com deficiência para verificação mais detalhada das mudanças necessárias para aprimorar o atendimento aos alunos com deficiência podem ser importantes para nortear futuras ações administrativas e acadêmicas do respectivo Instituto Federal.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70. 2002.
- BRASIL. **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em 07 Abr. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 03/11/2014.
- CAIADO, K.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (Orgs.). **Professores e educação especial: formação em foco**. Porto Alegre: Edição/CDV/FACITEC, 2011.
- CARDOSO, F. S.; et al. **Proteins**: proposing the construction of a Didactical Multimedia Material to get Teachers and Interdisciplinarity Together. *Advances in education*, v. 03, p. 1-7, 2014.
- CHAVES, S. Inclusão para todos. In: **Escola Pública**, V. 37, p. 20-25, 2014.
- CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v.15, n.4, p.679-84, 2006.
- COHEN, L; MANION, L; MORRISON, K. **Research Methods in Education**. 5. ed. Inglaterra: Editora RoutledgeFalmer; 2001.
- DELOU, C. M. C.; et al. A Educação Inclusiva e a Escola de Inclusão. In: **Formando para Continuamente Formar**. Fio da Ação, v. 2, p. 51-71, 2012.
- DELOU, C.M.C.; et al. **School of Inclusion**: The contribution of a Federal University to the Inclusive Education. *Advances in Education*, v. 1, p. 04-10, 2012.
- DELOU, C.M.C.; et al. A universidade, a escola e as necessidades especiais: Como melhorar? Como contribuir?. In: **Revista Praxis On-Line**, v. 6, p. 11-17, 2012.
- DELOU, C. M. C.; et al. A surdez e a formação continuada: o caso do mestrado profissional em diversidade e inclusão da UFF. In: **XII Congresso Internacional e XVIII Seminário Nacional do INES**, 2013, Rio de Janeiro.

- janeiro. Educação de Surdos em Países Há línguas em português (José Saramago). Rio de Janeiro: INES, Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e, 2013. v. 12. p. 599-603.
- GUERREIRO, E. M. B. R. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. In: **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago, 2012.
- LIMA, P. A. **Educação inclusiva**: indagações e ações nas áreas da educação e da saúde. São Paulo: Avercamp, 2010.
- LYRIO, E.; et al. A monera kingdom atlas for presenting cell morphology and biotechnology for visually impaired students. **Creative Education**, v. 05, p. 290-296, 2014.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: histórias e políticas públicas. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez. 2006, pag. 387-559.
- MERÇON, T.; et al. Libras e sexualidade: comparação de sinais com a American SingLanguage para a produção de materiais didáticos sobre temas de importância à saúde da mulher. In: **XII Congresso Internacional e XVIII Seminário Nacional do INES**, 2013, Rio de Janeiro. Educação de Surdos em Países de Língua Portuguesa Há línguas em português (José Saramago). Rio de Janeiro: INES, Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e, 2013. v. 12. p. 604-610.
- REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLOGICA. Histórico da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <<http://www.redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em 01 Ago. 2013.
- SMITH, D. D. **Introdução à educação especial**: ensinar em tempos de inclusão. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- SOUZA, R. de.; et al. Blindness and fungi kingdom: a new approach for teaching a biological theme for students with special visual needs. **Creative Education**, v. 3, p. 674-678, 2012.
- TERRA, R.N.; GOMES C.G. Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. **Revista Educação Especial**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 26, n. 45, p. 109-124, jan/abr. 2013.
- TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. 4.ed. São Paulo: Atlas; 2008.

Notas

¹ http://www.uff.br/reuni/index.php?option=com_content&view=article&id=175&Itemid=168

² <http://www.prograd.uff.br/sensibiliza/>

³ <http://www.proaes.uff.br/>

Correspondência

César Gomes de Freitas – Instituto Federal do Acre, Campus Rio Branco. Avenida Brasil nº 920, Conjunto Xavier Maia, CEP: 69903-068 – Rio Branco, Acre – Brasil.

E-mail: cesar.freitas@ifac.edu.br – cristinadelou@globo.com – hcastrorangel@yahoo.com.br

Recebido em 05 de novembro de 2014

Aprovado em 22 de junho de 2015